

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****Câmara Municipal de
Maceió**ARQUIVO
DISPONIBILIZADO PELO
SITE.Validação:
<https://www.maceio.al.leg.br/>**GABINETE DO PREFEITO - GP
LEI DELEGADA Nº. 007 MACEIÓ/AL, 18 DE ABRIL DE 2023.**

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA
CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA DE
TECNOLOGIA E INCLUSÃO DIGITAL DE
MACEIÓ.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

Faço saber que, no uso da delegação conferida pela Câmara Municipal de Maceió, nos termos do Decreto Legislativo nº 848, de 06 de janeiro de 2023, promulgo esta Lei Delegada:

Art. 1º. Fica o Município de Maceió autorizado a criar a Empresa de Tecnologia e Inclusão Digital de Maceió (MACEIÓ DIGITAL), empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a qual deverá permanecer sob o controle acionário do Município de Maceió.

§ 1º A Empresa de Tecnologia e Inclusão Digital de Maceió será entidade integrante da Administração Indireta municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Estratégias Disruptivas, Ciência, Tecnologia e Inovação, e disporá de patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

§ 2º A Empresa de Tecnologia e Inclusão Digital de Maceió, terá sede na Capital do Estado de Alagoas, prazo de duração indeterminado e para a consecução do seu objetivo social poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, representações ou escritórios.

Art. 2º. A Empresa de Tecnologia e Inclusão Digital de Maceió tem por objeto social e finalidade a execução e a prestação de serviços de informática, telecomunicações, infraestrutura tecnológica, sistemas digitais, pesquisa, desenvolvimento, inovação, tecnologia em geral e assessoramento técnico aos órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura de Maceió, a outros órgãos e entidades públicos ou privados, podendo para tanto formar parcerias e adquirir ou alienar participação em outros arranjos institucionais de natureza empresarial.

§ 1º Compete à Empresa de Tecnologia e Inclusão Digital de Maceió:

I - garantir a integridade da base de dados do governo municipal e manter o acervo de regras de negócios, sistemas e aplicativos do Município de Maceió;

II - propor e prover soluções tecnológicas que suportem às políticas de inclusão digital;

III - supervisionar, orientar e normatizar as ações de aquisição e de gestão de contratos relativos a produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;

IV - apoiar os órgãos e as entidades da administração direta e indireta do Município de Maceió no planejamento e na contratação de tecnologia da informação e comunicação;

V - aprovar por meio de parecer técnico a contratação de produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação, nos processos de licitação ou contratação direta dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município de Maceió;

VI - desenvolver e disponibilizar plataformas de automação de serviços públicos digitais;

VII - ofertar soluções de tecnologia da informação e comunicação com objetivo de aumentar a eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos, a fim de melhorar a experiência do usuário;

VIII - gerir a operação das plataformas de serviços compartilhados de tecnologia da informação e comunicação de uso comum no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta;

IX - fomentar o uso e desenvolver soluções seguras e inteligentes baseadas em dados e modelos de inteligência artificial para aumentar a eficiência e a capacidade de personalização da relação com os usuários de serviços públicos;

X - desenvolver e ofertar plataformas de tecnologia da informação e comunicação com objetivo de identificar o cidadão em suas relações



com o setor público e a sociedade;

XI - desenvolver e ofertar plataformas, diretrizes e modelos para melhorar a experiência do usuário na prestação dos serviços públicos em canais digitais;

XII - propor modelos, processos, formatos e padrões de dados e inteligência artificial para os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional;

XIII - estimular a integração entre suas atividades produtivas, a pesquisa e o ensino, realizando treinamentos, estágios e programas de residência nas suas áreas de atuação;

XIV - executar quaisquer serviços pertinentes às suas finalidades.

§ 2º. A Empresa de Tecnologia e Inclusão Digital de Maceió deverá elaborar, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Estratégias Disruptivas, Ciência, Tecnologia e Inovação, e manter um plano de educação e inclusão digital contendo princípios, definições, papeis, responsabilidades e ações para expandir o acesso gratuito à internet em todo o Município de Maceió, para promover a educação digital e para remover barreiras institucionais e estruturais para o acesso da população a tecnologias.

Art. 3º A Empresa de Tecnologia e Inclusão Digital de Maceió terá um capital de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), subscrito integralmente pela Prefeitura Municipal de Maceió.

§1º A Prefeitura Municipal de Maceió integralizará o capital da seguinte forma:

a) mediante a transferência para a Empresa de Tecnologia e Inclusão Digital de Maceió dos bens e direitos que possuir relacionados com o objetivo da sociedade, inclusive os equipamentos e infraestruturas da Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria Municipal de Gestão e dos demais Departamentos de Tecnologia da Administração Direta e Indireta do Executivo Municipal;

b) dotações provenientes de créditos orçamentários, adicionais ou especiais; e

c) quaisquer outros recursos disponibilizados para essa finalidade.

§ 2º Além do capital a ser integralizado pela Prefeitura Municipal de Maceió, a Empresa de Tecnologia de Maceió poderá contar com as seguintes fontes de recursos:

a) créditos adicionais;

b) contribuições públicas ou privadas;

c) receitas provenientes de prestação de remunerada de serviços que venha a executar;

d) outros recursos de qualquer natureza que lhes sejam destinados.

§ 3º Observada a programação financeira da Prefeitura Municipal de Maceió, serão transferidas para a Secretaria Municipal de Estratégias Disruptivas, Ciência, Tecnologia e Inovação as dotações orçamentárias e os créditos abertos em favor da atual Diretoria de Tecnologia da Informação e dos Departamentos de Tecnologia da Administração Direta e Indireta do Executivo Municipal, para posterior descentralização dos recursos à Empresa de Tecnologia e Inclusão Digital de Maceió.

§ 4º O aumento de capital da Empresa de Tecnologia e Inclusão Social de Maceió, quando proveniente da reavaliação de ativos ou de receitas provenientes de prestação remunerada de serviços, será autorizado por decisão do Conselho de Administração.

Art. 4º A Empresa de Tecnologia de Maceió será administrada por uma Diretoria, constituída por 5 (cinco) Diretores, e por um Conselho de Administração, constituído por 7 (sete) membros, observados os requisitos e vedações para nomeação e exercício dos cargos em empresas públicas, na forma da legislação vigente.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração e os diretores serão indicados pelo Prefeito e nomeados, respectivamente, pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, para exercerem suas funções pelo prazo de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas para a mesma função.

§ 2º O mandato dos indicados para a primeira composição da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal, terminará juntamente com o mandato do atual Prefeito.

Art. 5º A Empresa de Tecnologia de Maceió terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros, e respectivos suplentes, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal serão indicados pelo Prefeito e nomeados pela Assembleia Geral, dentre pessoas naturais, residentes



no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa.

§ 2º O Conselho Fiscal contará com pelo menos 1 (um) membro servidor público, com vínculo permanente com a administração pública.

Art. 6º Compete privativamente à assembleia geral:

I - reformar o estatuto social;

II - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da companhia;

III - tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar as suas contas.

Parágrafo único. A Assembleia Geral fixará o montante individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação.

Art. 7º Compete ao Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da companhia;

II - eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto;

III - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

IV - convocar a assembleia-geral ordinária anual e assembleia-geral extraordinária quando julgar conveniente;

V - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;

VI - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir;

VIII – autorizar, se o estatuto não dispuser em contrário, a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

IX - escolher e destituir os auditores independentes, se houver;

X - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;

XI - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa pública, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XII - estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa pública;

XIII - realizar com periodicidade anual a avaliação de desempenho, individual e coletiva, dos diretores da empresa pública.

Art. 8º. Até que a Empresa de Tecnologia e Inclusão Digital de Maceió tenha quadro de pessoal próprio a Diretoria poderá requisitar, de forma fundamentada, servidores da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo de Maceió, mantida a remuneração e assegurada a contagem de tempo de serviço para todos os efeitos no órgão de origem.

Art. 9º. Fica o Executivo autorizado a conceder garantia do Município em empréstimos e financiamento à Companhia até o limite de sua participação no capital social.

Art. 10. O estatuto da Empresa de Tecnologia e Inclusão Digital de Maceió deverá ser regulamentado por Decreto, a contar da publicação desta Lei, e estabelecerá a organização, atribuições e funcionamento dos órgãos que compõem sua estrutura.

Art. 11. A Empresa de Tecnologia de Maceió terá isenção de todos os tributos municipais.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

10/06/2025, 12:29

Prefeitura Municipal de Maceió

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 18 de abril de 2023.

JHC

Prefeito de Maceió

***Reproduzida por Incorreção**

Publicado por:

Evandro José Cordeiro

Código Identificador:783CDB6A

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 24/04/2023. Edição 6668a

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>

**Câmara Municipal de
Maceió**

ARQUIVO
DISPONIBILIZADO PELO
SITE.

Validação:
<https://www.maceio.al.leg.br/>

